



ATA DE ENCERRAMENTO DO 5º ENCONTRO DE COMISSÕES DE REGIÃO 5

No segundo dia do nosso 5º Encontro Regional de Comissões, realizado em 08 de junho de 2025, em Curvelo – MG, nós, representantes das Comissões e Coletividades de Povos e Comunidades Tradicionais da Região 5, fizemos reflexões sobre uma visão de futuro e continuidade do trabalho do Instituto Guaicuy .

O dia foi dedicado à escuta coletiva, aprofundamento das propostas e pactuação dos encaminhamentos regionais que serão levados aos próximos espaços de luta e negociação. Considerando a sensibilidade deste momento, quando as Instituições de Justiça indicam que irão apresentar uma proposta praticamente fechada de atuação das ATIs, com recurso novo e plano de trabalho exclusivo para atuação no Anexo 1.1, sem previsão de novos recursos para continuidade dos trabalhos relacionados aos demais anexos, foi feito um exercício para entender as camadas de prioridade

. **Ideal:**

- a) assessorar até a reparação total
- b) financiar as ATIs com os R\$ 700M ou recurso ilimitado do Anexo II
- c) ter mais tempo para discutir e ponderar as decisões
- d) respeito a PNAB e a PEAB
- e) respeito à decisão das pessoas atingidas
- f) direito a ATI
- g) assessorar nos projetos
- h) transparência na prestação de contas das **IJs** e das ATIs
- i) continuidade da ATI em todas as pautas
- j) atuar na integração do território
- k) mais estrutura (equipe) para a ATI

. **Inegociável** (entendido como, se não for contemplado, não vale a pena ter ATI sem essas características/atividades):

- a) manutenção dos pontos já indicados pelo Guaicuy (assessoramento técnico, integração territorial, respeito às instâncias de participação consolidada - comissões e I.R., respeito aos PCTs e suas especificidades)
- b) continuidade do Guaicuy (e não substituição por E.G. ou outra instituição)
- c) compromisso da **EG** com as instâncias de participação
- d) transparência



. **Indispensável** (entendido como pontos essenciais que deverão ser pautados com ênfase tanto pela ATI como pelas pessoas atingidas) **ou Dialogável**:

- a) Transversalidade: continuar o trabalho com todos os Anexos do Acordo
- b) ter ATI enquanto durar a reparação
- c) atuação da ATI para dar mais autonomia às comissões
- d) Prestação de contas trimestral
- e) suporte para os projetos (com avaliações ambientais)
- f) priorizar reuniões presenciais
- g) continuidade de atividades de articulação com pessoas atingidas
- h) trabalho direto e específico com Povos e Comunidades Tradicionais

Uma grande preocupação trazida em alguns grupos se relacionam à execução do Anexo 1.1 propriamente dita, como ser primordial que conselheiros dos Conselhos Locais possam apresentar projetos, bem como que a definição das comunidades elegíveis seja feita pelas IJs (para evitar disputas entre atingidos), **respeitando os critérios** já debatidos no Encontro de Bacia e formalizados na Proposta Definitiva (considerando os danos mapeados, e as comunidades já atendidas pelas ATIs). Pontuam também a importância da garantia de direitos de públicos específicos e vulnerabilizados já identificados em diversas ocasiões, como pescadores, e que o protagonismo popular não signifique isentar as autoridades dos processos decisórios.

Foi indicada a necessidade de cuidado redobrado nas decisões das pessoas atingidas na gestão do Anexo 1.1, bem como a posição de colocar mais diretamente as demandas uma vez que o custeio do trabalho da ATI virá do Anexo 1.1. Também foi colocada a demanda de apresentação para os atingidos do novo Termo de Compromisso e Plano de Trabalho, com o compromisso de, na gestão do recurso, tentar prorrogar no tempo a atuação da ATI

Sugestão de avaliar formas de questionar as decisões das Instituições de Justiça que não atendem os interesses das pessoas atingidas: de abaixo assinado até representação perante o STF ou CNJ. Importante manter a pressão para a transparência dos R\$ 700 milhões.

Encerradas as atividades do segundo e último dia do Encontro, reafirmamos nosso compromisso com a construção coletiva, a defesa dos direitos dos atingidos e a implementação de uma Governança Popular justa e legítima. As Comissões e Coletividades de Povos e Comunidades Tradicionais da Região 5, dos municípios de Felixlândia, Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Morada Nova de Minas,



Paineiras, Biquinhas, Martinho Campos e Abaeté, organizadas na Instância Regional 5, assinam esta ata como registro das deliberações e encaminhamentos construídos.

Curvelo, 08 de junho de 2025

Instância Regional 5

1. Comissão Baixo Paraopeba
2. Comissão Ribeirinhos do São Francisco
3. Comissão Portos de Três Marias
4. Comissão SG Salto
5. Comissão Atingidos do Bagre
6. Comissão FABURIMA
7. Comissão Praia das Garças
8. Comissão Formosa
9. Comissão Paraíso dos Cisnes
10. Comissão Beira Rio
11. Comissão Nações Unidas
12. Comissão Morada dos Peixes
13. Comissão Praia Mar de Minas
14. Comissão Lagoa e Tronco
15. Comissão CSV
16. Comissão Panorama
17. Comissão Satélite
18. Comissão Village do Lago e Flores
19. Comissão de Biquinhas
20. Comissão Zona Rural de Abaeté
21. Comissão CAPPA - Comissão dos atingidos de Paineiras, Poções-Atoleiro.
22. Comissão CAVAFRO
23. Comissão do Povo Kaxixó
24. Comissão de Pessoas Atingidas dos Portos de Morada Nova de Minas
25. Comissão Guiados pelo Axé